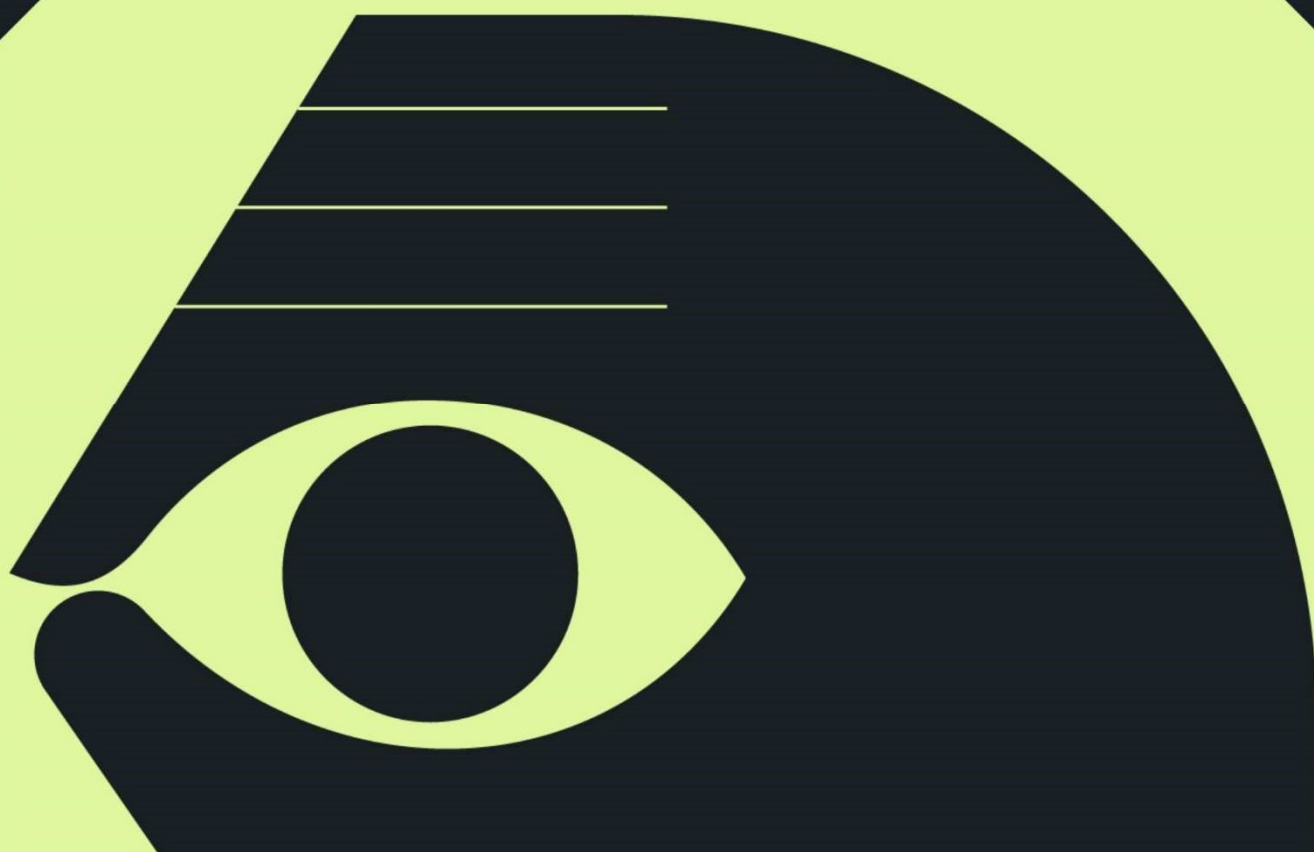


Política e Manuais Oikos

POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E MONITORAMENTO DE ATIVOS



SUMÁRIO

2	
1.	OBJETIVO 3
2.	REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL 3
3.	ABRANGÊNCIA 3
4.	PROCESSO DE INVESTIMENTO 3
5.	COMITÊ DE INVESTIMENTOS 4
6.	ASPECTOS ANALISADOS NO PROCESSO DE INVESTIMENTO 5
6.1	Renda Fixa 5
6.1.1	Títulos Públicos 5
6.1.2	Títulos Privados 5
6.2	Renda Variável 5
6.3	Fundos de Terceiros 6
6.4	Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios 6
7.	MONITORAMENTO 7
8.	DESINVESTIMENTOS 8
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS 8
10.	REVISÃO E ATUALIZAÇÃO 8
11.	MANUTENÇÃO DOS ARQUIVOS 8
12.	EXCEÇÕES 8

DATA DA ÚLTIMA REVISÃO
ÁREA RESPONSÁVEL

31/03/2025
COMPLIANCE

1. OBJETIVO

A Política de Alocação e Seleção de Investimentos da Oikos Gestão de Recursos., denominada neste documento “Oikos”, tem por objetivo estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento, a aplicação e o monitoramento dos recursos dos Fundos de Investimentos (“Fundos”) e Carteiras Administradas, geridos pela Oikos.

A Oikos realiza a gestão de Fundos de Investimento Multimercado, Fundos de Investimento em Ações, Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios e Carteiras Administradas.

2. REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

- I. Código ANBIMA de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros;
- II. Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022 e demais alterações introduzidas pelas Resoluções CVM nº 183/23 e 184/23;
- III. Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

3. ABRANGÊNCIA

São abrangidos por esta política todos os diretores e colaboradores da Oikos, bem como os prestadores de serviços que realizarem atividades em seu nome.

São objeto de gestão: ações, ETFs, direitos creditórios, debêntures e demais títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras e não-financeiras, cotas de fundos de investimentos em ações, cotas de fundos de investimento renda-fixa, cotas de fundos de investimento multimercado, cotas de fundos de investimento imobiliário, cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, cotas de fundos de investimento em participações, títulos públicos e derivativos.

4. PROCESSO DE INVESTIMENTO

O processo de gestão se dá por meio das seguintes etapas:

- I. **Definição das diretrizes de investimento:** considerando o contínuo acompanhamento e análise dos mercados, a equipe de gestão se reúne semanalmente para estabelecer e atualizar o posicionamento dentro das diferentes classes e categorias de investimento. Sempre que necessário a equipe realiza reuniões extraordinárias de forma a acompanhar o dinamismo inerente às oportunidades de mercado.

- II. **Inputs de Mercado:** a equipe de gestão monitora constantemente os movimentos de mercados e oportunidades de investimento, através de sistemas auxiliares (Bloomberg, Broadcast) e contato direto com instituições financeiras parceiras;
- III. **Análise Quantitativa e Qualitativa:** com base nas diretrizes estabelecidas pela equipe e o mapeamento das oportunidades disponíveis, o time realiza profundas análises quantitativas e qualitativas para tomada de decisão relacionada à inclusão e manutenção de ativos nos portfólios.
- IV. **Risco Pré-trading:** após a validação da equipe de gestão, os times responsáveis por Risco e Compliance realizam uma avaliação criteriosa dos ativos, para garantir o cumprimento dos limites de exposição de cada veículo e demais diretrizes cabíveis.
- V. **Execução de Ordem:** com a decisão de Compra/Venda, a equipe de gestão envia as ordens para as contrapartes e monitora a sua execução.
- VI. **Acompanhamento:** a equipe de gestão é responsável pelo contínuo monitoramento da exposição dos portfólios, além da revisão dos produtos aprovados e acompanhamento/follow-up com os gestores ou responsáveis pelos produtos, conforme detalhado no Item 7 - Monitoramento, enquanto a área de Risco e Compliance realiza o acompanhamento da exposição a fim de evitar desenquadramentos passivos dos portfólios;
- VII. **Back-Office:** a área de operações consolida as informações das movimentações realizadas, informando o administrador dos fundos, quando cabível, e alimentando demais rotinas de risco e controle;

5. COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos será composto pela Diretoria e equipe de Gestão de Recursos, com periodicidade semanal ou sempre que necessário. Neste Comitê são abordados diversos assuntos, dentre eles é realizado o compartilhamento de informações a respeito de mudanças regulatórias, macroeconômicas e conjunturais que possam afetar o desempenho dos fundos sob gestão, de modo a ajustar a exposição a cada fator de risco de acordo com as expectativas para cada mercado, bem como para definir o destino de novas aplicações e eventuais excedentes em caixa. As reuniões acontecem de acordo com a demanda de avaliação e aprovação de operações, onde são verificadas as informações coletadas pelos analistas com o objetivo de definir pela aceitação da operação e suas características.

Este comitê também é responsável por informar o andamento de cada operação, as dificuldades encontradas pelos analistas, dar soluções para as pendências mais significativas e estudar soluções para melhorar/ intensificar o controle de pendências.

6. ASPECTOS ANALISADOS NO PROCESSO DE INVESTIMENTO

A etapa de análise deve considerar as características de cada investimento, que será realizada para a primeira alocação em qualquer ativo. A partir da segunda alocação, alguns itens poderão ser dispensados, uma vez que serão tratados como decisão do processo de monitoramento. Para ativos herdados na ocasião de recebimento de um cliente com uma carteira já investida por outra instituição, não serão aplicadas as regras de análise abaixo, considerando que este processo já foi feito pela instituição anterior.

6.1 Renda Fixa

6.1.1 Títulos Públicos

- Requisitos de alocação conforme definido na Política de Investimentos do cliente;
- Expectativa de rentabilidade;
- Liquidez;
- Risco;
- Cenário Econômico;
- Emissão por tipo de entidade (Federal, Estadual ou Municipal);
- Tipo de indexador (Pós, Pré, Inflação, etc.);

6.1.2 Títulos Privados

- Requisitos de alocação conforme definido na Política de Investimentos do cliente;
- Expectativa de rentabilidade;
- Liquidez;
- Risco;
- Cenário Econômico;
- Classificação de risco (rating) de agências, caso exista;
- Tipo de indexador (Pós, Pré, Inflação etc.);
- Qualidade das garantias, caso exista;

6.2 Renda Variável

- Requisitos de alocação conforme definido na Política de Investimentos do cliente;
- Expectativa de rentabilidade;
- Liquidez;
- Risco;
- Cenário Econômico;
- Análise fundamentalista;
- Análise de múltiplos comparáveis de mercado;
- Setor econômico;

6.3 Fundos de Terceiros

- Requisitos de alocação conforme definido na Política de Investimentos do cliente;
- Expectativa de rentabilidade;
- Liquidez;
- Risco;
- Cenário Econômico;
- Reunião ou Call com a gestora responsável pela gestão do fundo;
- Due Diligence da gestora e histórico dos profissionais responsáveis pela gestão do fundo;
- Tratamento tributário do fundo;
- Público Alvo;
- Alocação em ativos no exterior;
- Alocação em ativos estruturados;
- Regras de concentração do fundo;

6.4 Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

Cabe a Consultoria, se houver, na qualidade de Consultora Especializada Crédito e terceiro contratado ("Consultoria"), ou do gestor, conforme aplicável, a análise, definição de crédito dos cedentes originados e apresentação ao comitê para decisão de aquisição, sob responsabilidade da Oikos.

Após a conclusão do processo de aprovação, o Comitê de Investimentos analisa os documentos recebidos pela Consultoria, ou levantados pela gestora:

- a. Análise de relatório reputacional da empresa pleiteando o crédito, empresas coligadas, sócios e/ou procuradores. Relatório esse fornecido por empresas externas contratadas.
- b. Levantamento de apontamentos nos bureaus de crédito;
- c. Liquidez do cedente no mercado;
- d. Quando necessário, questionamento reputacional dos potenciais clientes junto a outros FIDCs de relacionamento da Oikos, mediante autorização do potencial cliente. Uma vez concluída toda essa análise, tem-se o parecer de aprovação ou não do cliente, observando os critérios de elegibilidade e política de investimentos dos FIDC's geridos pela Oikos. Caso positivo, dentro do sistema proprietário, são imputadas as condições de negociação incluindo:
 - i. Condições e taxas de negociação;
 - ii. Limite;
 - iii. Tipos de lastros passíveis de antecipação;

- iv. Tamanho das tranches por operação
- v. Limites por sacados (baseados principalmente pela lista fornecida contendo o volume de operações com cada um dos maiores e menores sacados).
- vi. Comentários específicos quando necessário.

Com esse procedimento todo finalizado, considera-se que o cedente está apto a operar nos FIDCs geridos e a documentação completa (física e disponível em sistema) é encaminhada para o responsável de cadastramento da Oikos para a mesma imputar as informações junto ao custodiante do fundo e das empresas certificadoras.

Situações atípicas são levadas ao Comitê de Investimentos com a presença do Diretor de Controles Internos, Riscos e PLD/FTP e todo o processo de aceite de novos cedentes é revisitado quando se observa alguma anormalidade que justifique nova discussão.

Novas operações de clientes cadastrados são prospectadas pela Consultoria. As operações são enviadas para a Oikos através de arquivos eletrônicos. Uma vez recebida a operação, cabe à Oikos a verificação de operação enviada em atendimento a todos os parâmetros de créditos definidos para o cedente em questão e seus respectivos sacados. Isso inclui se a operação está em consoante com:

- a. Limite de Crédito estabelecido;
- b. Restrições de crédito do cedente e dos sacados (relatório automaticamente gerado pelos bureaus cadastrados), obedecendo os parâmetros colocados na política de crédito que consta no regulamento do FIDC;
- c. Liquidez do cedente no fundo, checado em painel de controle de sistema proprietário;
- d. Liquidez do sacado em todos os cedentes do fundo, checado em painel de controle de sistema proprietário
- e. Situação da checagem / confirmação das operações anteriores do cedente em análise, checado em painel de controle de sistema proprietário

7. MONITORAMENTO

Os investimentos são monitorados no mínimo semestralmente, no que diz respeito a suas principais características de cada tipo de ativo, seu risco e retorno, com a participação do time de gestão em calls / reuniões de monitoramento e relatórios / informações disponibilizadas sobre os ativos investidos. Em caso de necessitar um acompanhamento mais próximo devido à alguma questão específica do ativo (por exemplo em caso de divulgação de fato relevante que afete a tese de longo prazo, inadimplência, mudança do cenário macroeconômico que afete de

forma relevante o investimento etc.), será feita acompanhamento em uma periodicidade menor, dependendo da gravidade do assunto, podendo ser semanal, mensal ou trimestral.

Para os ativos herdados, por não terem sido originados pelo time de gestão, terão acompanhamento realizado a partir dos documentos e relatórios fornecidos pelos gestores e informações públicas relacionadas aos investimentos.

8. DESINVESTIMENTOS

É a etapa de formalização da saída de um investimento, seja ele motivado por vencimento do seu prazo final, por alteração regulatória ou por decisão de descontinuidade, realizando lucros ou prejuízos.

Nesta etapa deverão ser observados todos os procedimentos operacionais, documentos e regulamento do fundo.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as dúvidas sobre as diretrizes desta Política podem ser esclarecidas com o Compliance da Oikos.

10. REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

A presente Política entra em vigor na data de sua publicação e deverá ser revisto e, se necessário, atualizado pelo Compliance no mínimo a cada 12 meses (doze meses), serão utilizadas como base para sua atualização as legislações, instruções normativas e regulamentações vigentes na data da sua revisão.

11. MANUTENÇÃO DOS ARQUIVOS

A Oikos manterá armazenado todos os arquivos eletronicamente, pertinentes ao processo de Compliance desta política, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, conforme legislação vigente.

12. EXCEÇÕES

Situações que não se encaixem ou estejam em desacordo de qualquer maneira com esta Política, deverão ser submetidas ao Compliance, que analisará as circunstâncias e fundamentos e deliberará em conjunto com a Diretoria a aprovação para tal exceção